Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

ESCREVER COMO SINTOMA

Jean-Pierre Lebrun

Tradução e Apresentação de Paulo Sérgio de Souza Jr.[1]

Apresentação

A literatura sempre foi cara à psicanálise, tanto nos textos fundadores de Sigmund Freud quanto no retorno à sua obra proposto por Jacques Lacan. A escrita literária tem um lugar privilegiado para pensarmos questões que orbitam na cena analista-divã-analisante, na mesma medida em que questões que a transbordam. Lembremos, então, da importância atribuída à literatura na formação do analista - marcada por Freud, por exemplo, em *A Questão da Análise Leiga* (1926) -, ou dos enlaces entre poesia e clínica atribuídos por Lacan em diversos momentos entre eles os seminários *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre* (1976-77) e *O Ato Analítico* (1967-68). Pensemos também nos textos freudianos *Delírios e Sonhos em 'A Gradiva de Jensen'* (1907) e *O Estranho* [1919] no qual o texto de Hoffman é convocado -, bem como, agora com Lacan, no *Seminário sobre 'A Carta Roubada'* de E. Allan Poe (1955) e na parte do *Seminário VI* (1959) em que fala sobre Hamlet.

Dito isso, trago aqui a tradução do presente texto, realizada para constituir material de estudo do centro interno de pesquisa "Outrarte – estudos entre arte e psicanálise", do qual sou membro, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp).

Fruto de uma conferência - o que pode ser facilmente notado por suas eventuais marcas de oralidade -, este texto foi publicado originalmente no *Bulletin de l'Association freudienne internationale*, n. 77, em março de 1998, sob o título "Écrire comme symptôme", e é da autoria do belga Jean-Pierre Lebrun. Com formação acadêmica em psiquiatria, Lebrun é psicanalista de atuação bastante intensa: é membro da Associação Freudiana da Bélgica e da Associação Lacaniana Internacional e autor de diversos trabalhos, alguns já em língua portuguesa, dentre os quais: *Um mundo sem limite* e *A perversão comum*, publicados pela Companhia de Freud em 2004 e 2008, respectivamente.

[1] Mestrando em linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP; atuou, em 2009, como professor-associado do Depto. de Língua Romena e Linguística Geral da Universitatea "Alexandru Ioan Cuza" din Ia□i. Traduziu, com Viviane Veras (DLA/IEL-Unicamp), o livro *Transmitir a Clínica Psicanalítica*, de Érik Porge (Ed. da Unicamp, 2010), entre outros artigos da área. E-mail para contato: contra_sujeito@yahoo.com.br

Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

Neste texto J.-P. Lebrun nos leva a pensar sobre o papel sintomático da escrita a partir de algumas asserções de Marguerite Duras e de Paul Auster, e explora o fato de que seja não apenas possível, mas necessário, ao analista aprender com a literatura. Nessa empreitada, o autor faz lembrar, com muita perspicácia, aquilo que Lacan asseverava em sua *Homenagem a M. Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein*:

> A única vantagem que um psicanalista tem o direito de tirar a partir de sua posição, sendo-lhe esta reconhecida como tal, é a de se lembrar, com Freud, que, em sua matéria, o artista sempre o precede e, portanto, ele não deve bancar o psicólogo quando o artista lhe desbrava o caminho. (LACAN, 1965, p. 200)

Revista Criação&Crítica n.6 - out/2010

ESCREVER COMO SINTOMA

"Só a escrita é mais forte que a mãe." Essa frase é de Marguerite Duras, e ela é enunciada "à maneira de Duras" — ou seja, falando o que nosso saber inconsciente sabe, ainda que desse saber nós queiramos mesmo é não saber! É a partir dessa frase que vou procurar fazer um comentário; e é a partir dela mesma que Lacan escreveu-lhe em homenagem — precisando que "Marguerite Duras sabe sem mim aquilo que eu ensino" — que vou avançar o que se segue. É entre essas duas fórmulas que vou ficar, e é entre elas que vou fazer com que vocês viagem um pouquinho.

De onde estou falando? Do lugar de minha prática analítica, como analista, que intervenho aqui; a partir de uma prática privada, é claro, mas também a partir daquilo que posso escutar no âmbito do consultório — da poltrona e do divã — do que hoje acontece na sociedade. Eu me autorizo a dar a vocês duas definições daquilo que, para mim, seja o psicanalista — definições um pouco privadas, que são invençõezinhas que proponho a vocês —: assim, por exemplo, se Serge Leclaire definiu o psicanalista como um *profissional da castração*, eu pessoalmente o chamaria de um profissional da enunciação, sobretudo. E se, por outro lado, vocês sem dúvida sabem que Nietzsche disse do filósofo que ele era *um médico da civilização*, eu me permitiria acrescentar que, no meu entender, o psicanalista deveria ser definido como um médico da civilização científica.

Como preâmbulo do caminho que farei com que vocês percorram, gostaria de explicitar um pouquinho as fórmulas que acabei de utilizar. Nós estamos atualmente em uma sociedade organizada a partir do nascimento do sujeito moderno e do discurso da ciência; estamos em um momento de realização do discurso da ciência - entendamos bem que não estou designando o conteúdo do que seja a ciência, mas o tipo de laço social que a promoção da ciência estabelece; e, a partir daí, a responsabilidade específica que o psicanalista teria no que diz respeito ao estabelecimento desse discurso, e, sobretudo, de sua realização hoje em dia. Com efeito, o discurso da ciência apresenta-se como um conjunto de enunciados que diria objetivamente o que as coisas seriam. É desse jeito que o discurso da ciência se apresenta, e, a esse respeito, devemos observar já de início que ele se apresenta, portanto, como um discurso incontornável sobre a realidade das coisas — e não, entretanto, como aquilo que ele é, assim como todo discurso, a saber: uma retórica. Os antropólogos das ciências realizaram-no muito bem e mostraram rigorosamente que uma ciência é algo que se inventa: o título da última obra de Isabelle Stengers é *A invenção das ciências modernas*. Dito de outro modo, que a ciência não é pura e simplesmente a descoberta de algo

Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

objetivo, mas que os cientistas são pessoas que inventam, criam, imaginam, improvisam. Não obstante, se isso é verdade, é preciso também que levemos em conta o fato de que o objetivo da ciência é, no fim das contas, chegar a produzir enunciados que dispensem o enunciador, enunciados que dispensem a enunciação. O que o discurso da ciência promove é a confrontação com enunciados cujo enunciador desapareceu.

Lembremos que nisso está a ruptura mais fundamental com aquilo que sempre constituiu nosso universo do mundo ocidental judaico-cristão, visto que é ao mesmo tempo a ruptura com o religioso. Em nome do fato de que o enunciador deva desaparecer para ceder lugar a enunciados puros e simples, o alvo evidentemente visado é a organização da sociedade pelo religioso, já que se trata de fazer desaparecer a realização dessa enunciação divina que, como vocês sabem, havia sido "a Verdade que fala". Dito de outro modo, com a promoção do discurso da ciência, trata-se da mortificação do enunciador supremo — o que estou lhes dizendo agora não é novo, trata-se da "morte de Deus". Evidentemente a um preço que os psicanalistas designam sob o termo do que acontece na psicose, a saber, a foraclusão; isto é, uma desinscrição e um retorno no real do que foi foracluído, do que foi lançado para fora do simbólico: se atiramos essa posição do enunciador e do religioso para fora, o que vai retornar são o místico-religioso, as seitas, os gurus!

Dito de outro modo, tudo se passa como se, no auge do laço social promovido pela ciência, nós tivéssemos descartado o bebê da enunciação junto com a água do banho do enunciador. Acaso teríamos jogado fora o bebê que era fundamental na produção das ciências (isto é, a enunciação) com a água do banho do enunciador, do pai (se ele fosse supremo, de Deus)? Quem, nós? Pois não! Nós, justamente marcados pelos efeitos do laço social estabelecido pela realização da ciência. Tudo isso engrena um conjunto de consequências que não vou desenvolver aqui. Mas que leva a quê? Que leva ao que contrapúnhamos com uma faceta da Lei humana fundamental, segundo a qual a enunciação não pode se reduzir ao enunciado de nenhum discurso. Vocês nunca podem suprimir a enunciação, quaisquer que sejam os enunciados, qualquer que seja o discurso a que estejam se referindo. Um dizer não se reduzirá jamais a um dito. A falha, o vazio de onde falo, o vazio de onde me autorizo a dizer alguma coisa não será nunca inteiramente saturado pelo saber. Talvez eu preencha esse vazio, mas será como um barril que deixa o líquido escapar, como se fosse o barril das Danaídes. Sempre haverá um indisponível, por causa da linguagem que me faz humano — que é a pátria na qual habito, ainda que sempre habite em exílio. Estruturalmente, sempre haverá o lugar do real sem nome. A linguagem em si é o fato de pertencer a uma família constituída por aqueles que falam; não pode,

Revista Criação&Crítica n.6 - out/2010

por causa disso, fazer desaparecer o furo cuja autoria a ela cabe. Ou seja, furo haverá sempre, e é justamente desse lugar que nós falamos.

Por isso, sem dúvida, a responsabilidade do analista está em jogo — se eu o entendo como um profissional da enunciação, e, por que não?, ao mesmo tempo, como um médico de nossa civilização inteiramente marcada pelo discurso da ciência. A responsabilidade de lembrar esta verdade, apesar de evidente, a saber: que, estruturalmente, sempre haverá real. Por causa do que constitui hoje em dia nosso ambiente social, é preciso curiosamente que nos lembremos disso, porque parece que nos esquecemos, que acreditamos que poderíamos dispensar a enunciação.

Eis o preâmbulo que gostaria de indicar a vocês para lhes dizer onde eu me situava. Qual a relação disso com a escrita? Qual a relação disso com a frase de Duras? Qual a relação disso com o corpo? São os três pontos que vou tentar articular agora.

Qual a relação disso com a escrita? O que é escrita? Escrever não é simplesmente — é também — assentar a fala ou deter o dito. Escrever é justamente aquilo sobre o que Roland Barthes nos convidava a pensar, quando observava que escrever talvez fosse um verbo transitivo, mas também intransitivo: pode-se escrever algo, e pode-se também escrever — sustentar o fato de escrever como ato de escrita. O que é escrever como verbo intransitivo? O que o ensino de Lacan nos permite verificar é que dizer — se isso produz dito — mascara, no mesmo movimento, que é com o vazio que sustentamos nosso dizer. Dito de outro modo, não-dizer está incluído no fato de dizer. Incluído, mas escondido. Mas, então, como dizer o não-dizer? O que eu não posso dizer, posso justamente escrever. É todo o trabalho da poesia que se dá pela tarefa de dizer o indizível. Pois bem, eu adiantaria que escrever como verbo intransitivo atesta haver cernido cada vez um pouco melhor o lugar desse não-dizer de onde se pode dizer um dito. Atesta ter sido fiel, ou pelo menos tentado, à dívida com o tácito que o dizer não chega a quitar; ou, ainda - para retomar e explicitar outra fórmula de Duras, resposta à pergunta "Pra que serve escrever?" —: "Para, ao mesmo tempo, se calar e falar". Vejam só como suas palavras são completamente pertinentes. E é por isso, sem dúvida, que Flaubert — que aparece como o mestre da literatura moderna, isto é, o mestre dessa literatura que é congruente com o que se tornou, ainda que dois séculos mais tarde, o sujeito moderno — queria era escrever, como diz em sua correspondência com Louise Colet, "um livro sobre nada". "Um livro sobre nada, um livro no qual a substância desconhecida poderia aparecer no estado puro, sem o amparo de personagens que dispensaria ao máximo qualquer suporte".

Por que *a escrita seria mais forte que a mãe*? Eu gostaria de conduzi-los, por um instante, ao que também faz um dos traços de nossa humanidade, a

Revista Criação&Crítica n.6 - out/2010

saber: à universalidade, não do Édipo, mas do incesto. E quando eu digo "incesto", não estou falando do conceito veterinário, judiciário ou policial que chega hoje em dia aos nossos ouvidos. O incesto para o psicanalista não é isso. A interdição do incesto é bem mais radical do que isso. O que quer dizer que é preciso que ao menos um gozo seja interdito para que se aceda ao mundo humano, que é o da linguagem e da fala. É preciso renunciar ao menos a um gozo. Ou seja, não é nada além de colocar em ato um consentimento à interdição do incesto. E imaginem vocês que, habitualmente — na leitura freudiana, pelo menos —, aquele que tem o encargo de interditar esse incesto, visto que é a mãe que metaforiza esse ao-menos-um-gozo que temos que nos interditar para poder ter outros...; aquele que tem o hábito de ser o que impede "incestar" por aí, é evidentemente o papai, na fórmula tradicionalmente freudiana do esquema edipiano.

Ora, como vocês sabem, Lacan vai permitir que constatemos que o papai, isto é, o pai, isto é, o enunciador, só é de fato importante enquanto representante do comércio. Enquanto representante do comércio de quê? Da linguagem, justamente; do fato de que haja essa Lei da linguagem, na qual estamos todos como que pertencendo à família humana. Dito de outro modo, o pai é apenas aquele que enceta a ordem simbólica: ele nunca é nada além disso. E nem mesmo se tem certeza de que ele seja indispensável, que seja preciso que nos agarremos a esse papai: talvez possamos até dispensá-lo, com a condição de lhe sermos úteis, isto é, com a condição de termos aceitado renunciar possuir a Coisa, e quem sabe também de termos aceitado que aquele que presentificava essa renúncia era justamente aquele que já estava na cama, no lugar em que pensávamos poder ficar.

Como é, então, que o ato de linguagem, na medida em que ele próprio é consentimento da perda, contém, já de saída, os ingredientes do funcionamento da ordem simbólica que nos caracteriza como falentes {*parlêtres*}? Não seria, pois, tão indispensável que papai venha botar ordem no filhote — aliás, não se veem tantos papais que interditam a mamãe. Não é tão indispensável que o lugar seja ocupado pelo pai, ainda que seja, sem dúvida, o melhor dos meios para que o filhote ou a filhota consintam ser indeferidos.

Mas o que é que compreende o funcionamento do simbólico na linguagem — visto que ela, por si só, bastaria? A fala? Sim, no momento de dizê-la. Ainda que, como vocês sabem, possamos nos contentar com repetir enunciados, sem arriscar uma enunciação qualquer. Só a fala? Então... não. Uma fala? Sim, na medida em que ela esteja ancorada na enunciação. E através desse jogo de palavras que a língua francesa permite, o que ancora {*ancre*} uma fala assim a não ser a escrita - tinta {*encre*} - como traço desse trajeto? O escrito pode ser apenas um arquivamento da fala, então. A escrita, porém - com esse termo de particípio futuro que não existe mais em francês, mas que existe em língua

Revista Criação&Crítica n.6 - out/2010

latina[2], isto é, que isso enuncia a iminência da efetuação do que está em questão, um futuro a advir —, assinando-lhe a inscrição, testemunha de sua própria enunciação. O que supõe que ela implique no reconhecimento do lugar onde se enraíza o fato de falar; que ela ponha em prática essa renúncia à mãe, que se atribui edipianamente ao pai. A escrita vem, pois, inscrever o furo sem se basear em outra coisa além dela mesma. Ela exige que se dispense o apoio sobre outra coisa, e, nesse sentido, ela própria é o princípio paterno.

Isso vai de encontro, aliás, a toda a questão do fim do tratamento analítico, isto é, justamente quando o sujeito vai ter de dispensar a presença do outro — no momento, a do analista — para sustentar seu próprio trajeto, e isso pelo simples fato de consentir às inscrições que ele próprio verificou como tendo emergido de seu inconsciente.

Então, por que ratificar essa fórmula, que eu espero ter explicado um pouco a vocês, de que a escrita é mais forte que a mãe? Por que apenas a escrita é mais forte que a mãe, como diz Duras? Pois bem, precisamente hoje, no nosso contexto de discurso da ciência, em que a enunciação foi contrabalançada com o enunciador, vocês estão vendo o interesse do que está presente na escrita, visto que ela vai testemunhar o trabalho de enunciação sem se basear num outro como enunciador. Ora, o discurso da ciência pode muito bem ser identificado a um saber materno, ao saber da mãe. Mas se ele é completamente prisioneiro de sua ideologia — isto é, se ele acredita saber tudo, e se nos leva espontaneamente a crer que se pode saber tudo —, nesse momento ele funciona como um saber particular da mãe, visto que é um saber materno sem falta e sem mais pai que lhe faça contrapeso. Não resta, então, nada além do reconhecimento da inconsistência desse conjunto de enunciados e sua inscrição pelo próprio sujeito para dar cabo do que se apresenta como a onipotência materna. É provável, pois, que seja totalmente correto dizer que, no contexto social que é o nosso, apenas a escrita é mais forte que a mãe, apenas a escrita faz barragem contra o Pacífico do materno.

Isso não é justamente o que parecem atestar certos autores de hoje em dia? Muito rapidamente, darei simplesmente duas indicações para não extrapolar meu tempo de fala. Orwell, primeiramente. Aqui, uma vez mais, faço um apanhado: Orwell se fez o denunciador do totalitarismo político que ele designava. Sustento, por outro lado, que se trata daquilo a que o discurso da ciência nos conduz espontaneamente, quando não se encontra algo que venha constituir um bloqueio, quando não se reintroduz o lugar do sujeito. Lembrem-se de que o herói de *1984*, Winston Smith, refugia-se em seu quarto; ele se mantém fora do campo de visão do televisor e diz: "fazer um traço sobre o papel era um ato decisivo". E ele começa — o

[2] Em francês, o vocábulo 'escrita' {*écriture*} guarda a marca *-ur-* do particípio futuro antigamente utilizado em latim (*-ur*us, *-ur*a, *-ur*um). [N. do T.]

Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

que será seu verdadeiro crime, aliás — a escrever um jornal íntimo, a escrever. E para Orwell aí está subjacente justamente toda a sua concepção do totalitarismo, entendido como a morte do "eu" capaz de escrever, capaz de escrita. Vou parando por aqui com Orwell, ainda que haja mais coisas a dizer dele.

Outro autor que me parece testemunhar uma compreensão dessa especificidade do que seja a escrita é Paul Auster. Seu primeiro romance verdadeiro, *A invenção da solidão*, ele só pôde escrever depois de ter se tornado pai — quem diz isso é ele. E na primeira parte de seu relato, que se chama "Retrato de um homem invisível", ele vai desenvolvendo sua busca a partir do fato de que acabara de se inteirar da morte de seu pai, que, como ele diz, era esse homem "que não estava lá". Há em Auster, então, o que ele escreve desse pai, é claro: há a descrição de um pai ausente na cabeça de Paul Auster, mas também de um pai que nunca esteve lá na cabeça dele, jamais capaz de estar onde estava ele, toda a sua vida nalgum lugar entre aqui e lá — nunca verdadeiramente aqui, nunca verdadeiramente lá. Notem que não é o pai simplesmente ausente que é descrito por Paul Auster; é o pai do qual podemos constatar a ausência da ausência. Atualmente ouvimos queixas, com frequência, que concernem à ausência dos pais, mas poderíamos dizer que isso não é novo, que os pais são ausentes há muito tempo. Mas, hoje em dia, o que caracteriza os pais é que eles são ausentes da ausência. É claro que o transitivo de escrever existe em Paul Auster, mas, também aqui, é o intransitivo que me interessa. Porque a escrita de Auster, justamente nesse primeiro romance, põe em ato esse princípio paterno que é a escrita, como se uma coluna vertebral estivesse se constituindo, como diz Butor. Daí esse título completamente assombroso: *A invenção da solidão*. Acaso se pode inventar a solidão? É justamente este o paradoxo da modernidade — e, até mesmo, talvez da pós-modernidade —: que o sujeito de hoje deva inventar o que lhe falta de solidão, na medida em que ele está inundado nos enunciados dos outros ou mesmo nos enunciados que não dão lugar à sua própria enunciação. E eu entendo essa fórmula *inventar a solidão* como restituir sua dimensão, seu lugar na enunciação. Há um traço específico à escrita de Paul Auster que é o fato de que ele cite todo mundo o tempo todo, ele está verdadeiramente como que na relação hamletiana com a mãe, ele está inundado. Ele está inundado nas palavras dos outros; e todo o seu trajeto de escrita não é tanto o que ele escreve, mas como ele chega a aproveitar verdadeiramente o fato de estar inundado nas palavras dos outros para chegar a constituir o que é verdadeiramente seu próprio trajeto, sua própria inscrição.

Uma última questão depois desses dois exemplos sobre os quais teria muito mais coisa a dizer — por um lado, não sou crítico literário; por outro, há uma falta de tempo —: e o corpo nisso tudo? Já que o tema deste colóquio é "corpo

Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

e escrita". Alguns pontos simplesmente. Se a fala pode estar ancorada na enunciação, imaginem que seja pela voz; ou, então, que o que separa o dizer do dito seja a presença do corpo. E na escrita também há o corpo empregado; no escrito há vestígio da presença do corpo. Isso é um modo de aventar que, no fim das contas, a enunciação jaz no corpo: não que seja preciso esperar que o corpo detenha o equívoco da linguagem, mas porque é no ponto de articulação da linguagem com o corpo, e do corpo com a linguagem, que se situa o singular de um sujeito; e o que é preciso chamar de seu gozo singular é aquilo que nenhum universal — ainda que fosse o discurso da ciência — nunca poderá justificar. Assim, *a contrario*, pode-se perguntar se não estaria aí a razão pela qual alguns se fixem nesse gozo, se mantenham atracados como se encontrassem aí uma barreira à colonização pelo universal do qual são o objeto. Dito de outro modo, talvez seja preciso ler — à maneira de Claude Lefort, num artigo sobre o *1984* de Orwell que eu recomendo — que o corpo é o que pode se interpor, é a última barreira que pode se interpor entre o tudo saber do *Big Brother* e o que resta do sujeito; que, em última instância, só o corpo ainda pode ser deixado como refém — como uma pele de *chagrin*[3] a ser entregue ao saber onipotente do Outro. Que, na falta de poder escrever com seu corpo, é, então, ao corpo que é deixada a tarefa do escrito. Mas se trata, então, de uma escrita abortada, de uma escrita que não chega a achar sua ancoragem no simbólico, da mesma forma que se pode dizer que um aborto — espontâneo ou não — seja sempre o sinal de que não se tenha encontrado o princípio paterno — de pai morto e simbolizado — para amarrar esse pacote de carne à linguagem. Aí está certamente uma via para pensar os fenômenos psicossomáticos, as utilizações do corpo, ou, até mesmo, simplesmente o apelo ao médico.

Vou ler para vocês, para terminar, um pequeno excerto de Paul Auster:

> Durante os primeiros anos de minha vida, ausente de pai, primeira lembrança. Ele saía para trabalhar bem cedo, antes que eu tivesse acordado. Só voltava muito depois de eu já ter ido pra cama. Eu era o filho da minha mãe. Eu vivia em sua órbita. Luazinha girando em torno dessa terra gigantesca, poeira em sua esfera de atração, eu lhe controlava as marés, o clima, a força dos sentimentos. Meu pai repetia como que um refrão: não faça tanto mimo, vai estragar o menino. Mas minha saúde não era boa, e minha mãe usava disso para justificar as atenções que me esbanjava. Passávamos muito tempo juntos. Ela com a sua solidão e eu com as minhas cólicas, esperando pacientemente no

[3] Tipo de couro preparado com a pele das ancas de uma mula, um asno ou um cavalo, antigamente utilizado para encadernação. A referência aqui, contudo, é antes mesmo ao romance de Honoré de Balzac (*La peau de chagrin*), no qual o pedaço mágico de couro é capaz de realizar todos os desejos daquele que o portar, à custa de passar, então, a representar-lhe a vida e a encolher a cada pedido feito pelo proprietário. [N. do T.]

Revista Criação&Crítica n.6 - out/2010

> consultório dos médicos que alguém aliviasse os males que me acometiam o estômago. Eu me agarrava a esses médicos com uma espécie de desespero. Queria que eles me pegassem nos braços. Desde o começo, ao que parece, eu procurava meu pai, procurava com frenesi alguém que parecesse com ele.

Sem dúvida ele o encontrou na escrita. Que nós nos permitamos aprender com isso.

Revista Criação&Crítica n.5 - out/2010

BIBLIOGRAFIA sugerida para aprofundamento em temas tocados pela conferência:

AIRES, S. "Estilhaços de performativo: Bartleby e o outro". In: *Revista de Letras*, v. 47, p. 47(2). São Paulo, 2007.

AUBERT, J. *et alii. Lacan, l'écrit, l'image*. Paris: Flammarion, 2000.

AUSTER, P. *A invenção da solidão*. Trad. R. Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BELINTANE, C. "Vozes da Escrita: em tempos de crianças e menestréis". In: *Estilos da Clínica* (USP), vol. 2, 2008.

De LEMOS, C. "Joyce com Lacan, Joyce mais Lacan, Joyce/Lacan". In: LABERGE, J. (Org.). *Joyce-Lacan: O Sinthoma*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2007.

FREUD, S. "Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen". In: *Obras Completas. Edição Standard Brasileira – vol. IX*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. "O estranho". In: *Obras Completas. Edição Standard Brasileira – vol. XVII*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. "A questão da análise leiga". In: *Obras Completas. Edição Standard Brasileira – vol. XX*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

LACAN, J. *Le séminaire [livre VI] – Le désir et son interprétation*. (1959; inédito) [4].

_____. *Le séminaire [livre XV] - L'acte psychanalytique*. (1967-68; inédito).

_____. *Le séminaire [livre XXIV] - L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. (1976-77; inédito).

_____. "Homenagem a M. Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein". In: *Outros escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. [1965]

_____. "Lituraterra". In: *Outros escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. "Seminário sobre 'A Carta Roubada' de E. Allan Poe". In: *Escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEFORT, C. *Ecrire à l'épreuve du politique*. Paris: Calmann-Lévy, 1992.

LEITE, N.; MILÁN-RAMOS, J. G. (Org.). *EntreAto: o poético e o analítico*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. (no prelo).

PORGE, E. *Transmitir a clínica psicanalítica*. Trad. P. S. Souza Jr.; V. Veras. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.

MILNER, J.-C. *L'amour de la langue*. Paris: Seuil, 1978.

[4] Os seminários inéditos de Jacques Lacan podem ser encontrados no site <http://gaogoa.free.fr/SeminaireS.htm> [N. do T.]

SAFATLE, V. *A paixão do negativo*: Lacan e a dialética. São Paulo: UNESP, 2006.
STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*. Trad. M. Altman. São Paulo: Editora 34, 2002.
TROCOLI, F. "O lugar do infortúnio: um retorno a M. de Assis". In: LEITE, N.; TROCOLI, F. (Org.). *Um retorno a Freud*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

Artigo recebido em: 16/07/2010
Artigo aprovado em: 23/08/2010

Referência eletrônica: LEBRUN, J.-P. Escrever como sintoma. Tradução e apresentação de Paulo Sérgio de Souza Jr. *Revista Criação & Crítica*, São Paulo, n.5, pp. 103-114, Out. 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlm/criacaoecritica/dmdocuments/07CC_N5_PSouzaJr.pdf>